

APRESENTAÇÃO

Já vai longe o tempo em que a separação entre natureza e cultura contaminava as reflexões da história e das ciências sociais. Situadas em campos distintos até já bem avançado o século XX, é difícil imaginar, nos dias que correm, uma paisagem física independente ou um corpo humano apartado, aguardando em repouso seus ciclos naturais de vida e morte e que não tenham sofrido a intervenção cultural dos homens. Que não tenham sido nomeados, demarcados, demonizados ou sacralizados pela percepção humana.

Aquela abordagem, cujas barreiras pretendiam manter natureza e cultura em domínios antagônicos, foi sendo progressivamente substituída por perspectivas de análise que enfatizam a historicidade da ação humana na construção dessa dicotomia e a conseqüente necessidade de integrar esse todo que é, de fato, contínuo. Não se trata nem de anexar a natureza à cultura, nem de dissolver essa última, mas de compreender os momentos de ruptura e continuidade entre essas paisagens por meio de um arcabouço histórico mais amplo. Por dentro dos ciclos de exploração sistemática da “paisagem natural”, desencadeados pela contínua cadeia de inovações tecnológicas, é imperativo escavar para encontrar formas singulares de relacionamento entre os homens e a natureza, a presença contundente de experiências diversas inscritas em outros ritmos temporais, de tradições e lembranças que compreendem o homem como parte desse todo em que não se excluem reciprocamente.

Ainda que de difícil discernimento e apreensão, mesmo para um “olhar treinado”, essas camadas de memórias e práticas estão sendo cuidadosamente recuperadas e exercitadas, por exemplo, no Amapá, como se pode ler na expressiva entrevista concedida pelo governador daquele estado, João Capiberibe, cuja política tem realçado as injunções entre natureza e poder.

São múltiplos os mecanismos de adaptação e exploração da natureza, bem como são incontáveis os esquemas que orientam sua otimização e apropriação pelos homens. O resultado desse relacionamento variado tem produzido paisagens, culturas, patrimô-

nios, mitos, saberes, tecnologias, políticas, expressões artísticas. Tampouco os corpos ficaram imunes a esses múltiplos mecanismos de exploração e apropriação. Se, por um lado, em nome de uma natureza imanente, têm suportado toda sorte de detração, por outro, têm sido suporte – como num palimpsesto – de toda sorte de textualidade. O corolário dessas relações entre os homens e seus corpos tem produzido discursos e representações de força e fraqueza, supostamente presentes na ordem natural dos sexos, e instituído subjetividades, demarcado sensibilidades. Historicizar essas representações significa desalojar as imagens estereotipadas, quer dizer, as formas preconceituosas e sumárias que se fazem dos indivíduos e, conseqüentemente, denunciar sistemas de discriminação e esquemas ideológicos dominantes dissimulados sob o véu do lógico.

As intervenções mútuas entre “Natureza e Poder” têm, historicamente, projetado estratégias tensas e/ou negociadas no jogo infinito de forças de ação e reação, exclusão e inclusão de indivíduos e grupos sociais; têm potencializado contrapoderes, forjado transgressões, criticado idéias recebidas. Milton Santos e José Calazans, dos quais nos despedimos com pesar, foram vozes incansáveis, que se levantaram para denunciar a perversa correlação de forças produzida pela globalização, que, a qualquer custo, pretende fazer *tabula rasa* da diversidade das gentes e da miríade de formas de relacionamentos que estabelecem entre si e com o meio que as envolvem.

O ambíguo e constante movimento de atração e rejeição, incorporação e exclusão, tolerância e estranhamento entre culturas está, no momento presente, seriamente ameaçado. Pode-se identificar um estado de paralisia nas trocas interculturais críticas e construtivas, vias que permitem que se faça uma reflexão aprofundada de suas respectivas especificidades. Corremos o risco de um isolamento cultural em nome de uma moral e de uma política que instituiu um “nós” irremediavelmente diferente dos “outros”, o que coloca em situação de recuo a universalidade do gênero humano.

Sendo impossível prever e pretender dar conta de seus dispositivos, ou de seu potencial material e simbólico, que, historicamente, viabilizam ou sugerem, Projeto História não poderia deixar de pontuar essa temática e trazer para o debate recortes e angulações da historicidade de “Natureza e Poder” sob diferentes perspectivas.

*Maria Antonietta Antonacci
Marina Maluf
Editoras Científicas*